

Infâncias indígenas e violência sexual nas escolas: colonialidade nas mídias hegemônicas peruanas¹

Valeria Huerta²

Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas - UPC

RESUMO

O presente trabalho busca examinar, a partir de uma perspectiva decolonial e interseccional fundamentada nos aportes de Quijano (1992) e Segato (2012), a cobertura jornalística da mídia hegemônica RPP Noticias sobre o caso das estudantes da etnia Awajún y Wampis estupradas nas residências escolares de Condorcanqui, na Amazônia peruana. Com este fim, recorreu-se à sistematização das notícias em matrizes e posterior análise sob perspectiva de gênero. Concluiu-se, nesse sentido, que RPP dedicou-se sobretudo à reprodução dos discursos oficiais, no que amplificou posicionamentos calcados na colonialidade e deixou de assumir seu papel enquanto ator social na tarefa de enfrentamento da violência de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: mídias; racismo; colonialidade; Amazônia.

Introdução

Em maio de 2024, Rosemary Pioc, líder indígena, trasladou-se da província de Condorcanqui na Amazônia peruana até Lima para denunciar na imprensa nacional que 524 crianças e adolescentes das etnias Awajún y Wampis foram estupradas por seus próprios professores nas escolas e residências estudantis. Para chegar na capital, Rosemary percorreu 13 horas por terra e mais 1h30min por avião. Nas entrevistas às mídias limenhas, a liderança informou que as denúncias foram realizadas desde 2011 ao Ministério de Educação. Além disso, evidenciou problemas estruturais que permitem o abuso sexual sistemático de menores indígenas e as consequências nas vítimas como a propagação de HIV, gravidez na adolescência e depressão (RPP, 2024).

A distância percorrida por Pioc demonstra não só o isolamento territorial, mas também o abandono em que se encontram os povos indígenas no Peru. Em 10 de junho de 2024, o ministro da Educação, Morgan Quero, questionado pelas mídias, pronunciou-se: “Se for uma prática cultural, infelizmente o que acontece nos povos amazônicos para exercer uma forma de construção familiar com meninas, vamos ser

¹ Trabalho apresentado no GT - GT17SE - Estudos de mídia e decolonialidade, evento integrante da programação do 28º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 15 a 17 de maio de 2025.

² Graduada em Comunicação Social pela Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas - UPC, Lima, Peru, email: valeriahuertaleon@gmail.com

muito cautelosos e exigir uma resposta da comunidade” (ESPINOZA, 2024). A ministra da Mulher, Ángela Hernández, em vez de condenar os estupros, recomendou às estudantes o uso de métodos contraceptivos: “devemos informar as meninas e as adolescentes, sobretudo, que é importante adiar suas relações sexuais e, se elas vão fazer [sexo] que seja com proteção” (RODRIGUEZ, 2024).

Segundo o Mapa da pobreza de 2018, a província de Condorcanqui é a sétima região mais pobre do Peru. Nesta área, 98% das escolas não possuem serviços básicos e 69,2% não têm acesso à internet (INEI, 2020). Além disso, no Peru, 7 de cada 100 mulheres indígenas sofrem violência sexual, e o maior número de vítimas de abuso sexual está entre os 11 e os 14 anos de idade (DEFENSORÍA DEL PUEBLO, 2019).

Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar, a partir de uma perspectiva decolonial e interseccional, a cobertura jornalística da mídia hegemônica RPP Noticias a respeito do caso. Os dados analisados estão compostos por materiais jornalísticos publicados pelo meio peruano RPP Noticias sobre o caso mencionado. Por meio do uso das palavras-chave: escolares + awajún; Condorcanqui no site <https://rpp.pe/>, foram coletadas 33 notas informativas no período de 30 de maio a 30 de agosto de 2024. É importante mencionar que foi escolhido o veículo RPP Noticias por ser uma mídia hegemônica, ao pertencer a um conglomerado de mídias de âmbito nacional que possui rádio, televisão e mídia digital. Para a sistematização das notícias foram elaboradas duas matrizes de análise com o objetivo de coletar dados gerais e para analisar as notícias sob uma perspectiva de gênero³.

Análise das notícias

Embora a denúncia tenha sido feita no dia 30 de maio, foi a partir de 17 de junho que o caso ganhou relevância na agenda mediática. Nesse dia de pico, RPP Noticias aumentou a quantidade de notícias publicadas (5) e isso continua até 22 de junho, quando se observa uma diminuição. Entre 10 de junho (dia das declarações do ministro) e 16 de junho, há um silêncio informativo sobre o caso em RPP Noticias. O que aconteceu nesse intervalo? Grupos feministas, organizações indígenas e formadores de opinião manifestaram-se contra as declarações do ministro. A partir dessas reações o caso vira midiático. Neste ponto, a notícia deixou de ser a inação do Estado face ao

³ Foram tomadas como referência as diretrizes para o tratamento informativo da violência de gênero de três instituições: Instituto Patrícia Galvão (Brasil), Governo Basco (País Basco) e Junta de Castela e Leão (Espanha).

abuso sexual sistemático das meninas Awajún por parte dos seus professores, para se concentrar na “controvérsia” sobre as declarações dos ministros. Isto é, a “polêmica” como geradora de notícias.

Sobre essa tendência, Pierre Bourdieu (1997, p. 128), em seu livro *Sobre a Televisão*, afirma que as mídias, para captar um público maior, optam pelo

combate sobre el debate, a la polémica sobre la dialéctica, y a recurrir a cualquier medio para privilegiar el enfrentamiento entre las personas (los políticos, en particular) en detrimento de la confrontación entre sus argumentos, es decir, lo que constituye el núcleo fundamental del debate.

De acordo com o sociólogo, a procura de entretenimento desvia a atenção para o escândalo e produz um efeito despolitizante nos cidadãos. Somado a isso, o princípio da competição torna a mídia obcecada pela busca do furo de reportagem, o que resulta em uma representação instantânea e descontínua da realidade.

Nesse contexto, a mídia hegemônica privilegia os agentes públicos como fontes. Das 33 notícias coletadas de RPP, 79% têm agentes públicos como única fonte; 15% incluíram apenas fontes da sociedade civil e 6% utilizaram fontes mistas, com a prevalência das fontes oficiais em detrimento de fontes de organizações e especialistas indígenas, o que permitiria dar maior equilíbrio e contexto a um caso tão complexo. Esta postura fortalece o paradigma da colonialidade exposto pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1992). Para ele, a ideia de raça é uma categoria mental da modernidade. Com a conformação de América começa a discussão para saber se os indígenas tinham alma ou não. Assim, a dominação colonial produziu construções intersubjetivas que hierarquizam as diferentes culturas produzindo as discriminações sociais. Para o acadêmico peruano, embora a dominação política explícita do colonialismo tenha terminado com as independências dos países, a colonialidade, isto é, a estrutura colonial de poder que é o quadro para todas as formas de exploração, persiste. Esta colonialidade encontra na esfera cultural uma de suas manifestações: na racionalidade europeia o conhecimento aparece como uma relação sujeito - objeto onde o sujeito é um indivíduo isolado. Além disso, o objeto é externo ao sujeito, isto é, as demais culturas são reconhecidas apenas como objetos porque só a cultura europeia tem sujeito.

Nas notícias analisadas, percebe-se a dinâmica sujeito-objeto, onde quem tem mais possibilidade de voz são agentes estatais (sujeitos) e não as comunidades

indígenas, percebidas como objetos. Uma notícia publicada pela mídia alternativa Wayka traz o depoimento de uma menina da comunidade indígena Shipibo que denunciou o estupro de sua irmã mais nova por um professor: “Al conocer los hechos, Brenda acudió a realizar la denuncia. Lo primero que le consultaron fue si pertenecía a un pueblo originario. ‘Le pregunto ¿por qué me preguntas eso? Porque si es de un pueblo original entonces es natural’, le dijeron (PERLECHIE, 2024)”. De uma instituição local como a delegacia, Brenda recebe a mesma resposta: “isso é normal nos povos originários”. As declarações das autoridades, sustentadas por uma visão colonial, reproduzem estereótipos racistas sobre os povos indígenas, associados ao “primitivo e selvagem”.

Rita Segato (2012) sustenta que nas sociedades indígenas e afro-americanas existia uma ideia de gênero diferente daquela da modernidade, a qual determinava uma organização patriarcal considerada de baixa intensidade. Com a chegada da colonialidade moderna, estas estruturas relacionais dos povos indígenas são perigosamente modificadas e capturadas. As hierarquias são reorganizadas de dentro. Sob uma aparência de continuidade, transformam-se os sentidos e normas diferentes são introduzidas. Como consequência da colonização, as relações de poder baseadas no gênero dentro das comunidades se agravam e magnificam.

Nas notícias analisadas, os professores esturpadores são membros das próprias comunidades. Muitos dos abusos sexuais ocorrem em residências estudantis, espaços onde os adolescentes das regiões rurais mais distantes moram para poder acessar a educação secundária, que no Peru corresponde a um intervalo aproximado de 12 a 17 anos. Em supervisão realizada pela *Defensoría del Pueblo* em 2015 nestas residências na Amazônia peruana, a instituição concluiu que elas se encontram em situação de precariedade, expondo a vida, saúde, integridade física e sexual dos estudantes indígenas. Os testemunhos de professores apresentados no relatório denunciam que alguns estudantes recorrem à prostituição como forma de obtenção de alimentos básicos: “Los estudiantes están a la deriva, abandonados. Muchos no tienen que comer y (...) a cambio de una comida cambian su cuerpo. La sociedad se aprovecha (DEFENSORÍA DEL PUEBLO, 2015)”.

As declarações dos ministros, e a reprodução desses discursos na mídia, também evidenciam a normalização da violência sexual, o qual contribui à cultura do estupro.

Culpam os “costumes” e até as próprias meninas. Assim, ignoram que a violência de gênero constitui uma violação aos direitos das mulheres e é total responsabilidade do Estado a erradicação deste problema social. Conceitos como a interseccionalidade, enquanto uma ferramenta analítica, permitem entender que existem grupos especialmente vulneráveis como as crianças e adolescentes indígenas em situação de pobreza (BILGE; COLLINS, 2021).

Considerações finais

A modo de conclusão, observa-se que a mídia analisada, longe de problematizar e mostrar esse complexo contexto descrito no caso, concentra-se basicamente na reprodução das declarações de autoridades oficialistas sem assumir o papel que deveria desempenhar como ator social no problema da violência de gênero. A respeito, o Instituto Patrícia Galvão, uma organização focada na defesa dos direitos das mulheres nas mídias, expõe orientações para a cobertura jornalística, como a importância de contextualizar a questão, identificar as instituições responsáveis e verificar o funcionamento dos serviços de atendimento às vítimas.

Os dados da Matriz 2 sobre a perspectiva de gênero mostraram que só 21% de notícias incluíram uma contextualização do problema da violência de gênero, 24% identificaram as instituições responsáveis, 6% tiveram como fontes especialistas qualificados e nenhuma informou sobre o serviço de orientação para denúncias de violência contra a mulher. Finalmente, verificou-se que as declarações dos ministros, isto é, os representantes do discurso oficial, buscam distanciar o governo de qualquer responsabilidade e são sustentadas por uma visão colonial que reproduz estereótipos racistas sobre os povos indígenas, associados ao “primitivo e selvagem”, à barbárie, à falta de normas, leis e ordem.

REFERÊNCIAS

Agência Patrícia Galvão. **O papel da imprensa**. São Paulo. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/o-papel-da-imprensa/>. Acesso em 30 de mar. 2025.

BILGE, S; COLLINS, P. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

BORDIEU, P. **Sobre la televisión**. Barcelona: Anagrama, 1997.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO. **Situación de los derechos de las mujeres indígenas en el Perú.** Lima: Defensoría del Pueblo, 2019.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO. **La situación de los internados estudiantiles en la regiones de Amazonas y Loreto.** Disponível em:
<https://www.defensoria.gob.pe/wp-content/uploads/2018/05/Informe-N-001-2015-DP-AMASPI-PPI.pdf>. Acesso em 30 de mar. 2025.

ESPINOZA, S. Dirigente awajún calificó de “discriminatorias” las declaraciones de ministros de Educación y Mujer sobre casos de abuso sexual en la comunidad. **RPP Noticias**, Lima, 17 jun. 2024. Disponível em:
<https://rpp.pe/peru/actualidad/dirigente-awajun-califico-de-discriminatorias-las-declaraciones-de-ministros-de-educacion-y-mujer-sobre-casos-de-abuso-sexual-en-la-comunidad-noticia-1562306>. Acesso em 30 de mar. 2025.

Gobierno Vasco. **Decálogo para el tratamiento informativo de la violencia de género.** Disponível em:
https://www.euskadi.eus/contenidos/informacion/begira_sarea_01/es_def/adjuntos/2015.04.30.decalogo_tratamiento_informativo_violencia_genero.pdf. Acesso em 30 de mar. 2025.

INEI. **Mapa de pobreza monetaria provincial y distrital 2018.** Lima: INEI, 2020.

Junta de Castilla y León. **Código para el tratamiento informativo de la violencia de género.** Disponível em:
https://www.comisiondequejas.com/wp-content/uploads/CODIGO_MEDIOS_COMUNICACION.pdf. Acesso em 30 de mar. 2025.

PERLECHE, J. Maestros que violentan: Casos de violencia sexual en colegios ascienden a 8400 en Perú [Testimonios]. **Wayka**, Lima, 7 mai. 2024. Disponível em:
<https://wayka.pe/maestros-que-violentan-casos-de-violencia-sexual-en-colegios-ascienden-a-8400-en-peru-testimonios/>. Acesso em 30 de mar. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RPP Noticias. **Amazonas:** denuncian entre 100 y 300 casos de violencia sexual contra escolares awajún, 2018. 1 vídeo (12:50 min). Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=X_EESxlwovw. Acesso em: 30 de mar. 2025.

RODRIGUEZ, L. Ministra de la Mujer calificó de "prácticas culturales que debemos desterrar" agresiones sexuales contra niñas Awajún. **RPP Noticias**, Lima, 17 jun. 2024. Disponível em:
<https://rpp.pe/politica/gobierno/ministra-de-la-mujer-califico-de-practicas-culturales-que-debemos-desterrar-agresiones-sexuales-contra-ninas-awajun-noticia-1562369>. Acesso em 30 de mar. 2025.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES**, Coimbra, n. 18, p. 106-131, 2012.